

Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Porto Nacional  
Gabinete da Prefeita



PUBLICADO EM PLACAR  
Em 27/01/2010

LEI Nº. 2.022, DE 27 DE JANEIRO DE 2.010.

Rafael Ferreira  
"Cria normas específicas em complementação  
a Legislação Federal pertinente a  
Regulamentação da Profissão de Moto-taxista  
e Motoboy no âmbito do Município de Porto  
Nacional".

Eu, **PREFEITA DE PORTO NACIONAL**, Faço saber que:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte  
Lei:

**Art. 1º** - Institui-se o Regulamento Municipal do Sistema de Transporte e Prestação de Serviços, através de motocicletas, denominado moto-táxi, complementando a Legislação Federal naquilo em que não for conflitante.

**Art. 2º** - A prestação do Serviço de moto-táxi consiste no transporte individual de passageiros, dentro dos limites do Município de Porto Nacional-TO.

**Parágrafo Único** - O Sistema de Transporte e Prestação de Serviços, através de motocicletas, no Município de Porto Nacional-TO, denominado moto-táxi, a que se refere à Legislação Federal, será prestado por autorização do Poder Executivo Municipal, delegado através da realização de processo licitatório, sob o regime de permissão, na forma da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, observando as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 3º** - A permissão para a prestação dos serviços será outorgada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, formalizada em conformidade com o artigo 40, da Lei Federal n.º 8.987/95 e expedida pelo órgão executivo de trânsito e transportes do Município.

**§ 1º** - A permissão de que trata o caput deste artigo será outorgada para o transporte individual de passageiros, através de motocicletas, no município de Porto Nacional-TO e será deferida, exclusivamente, a pessoas físicas;

**§ 2º** - Cada permissionário terá direito a somente uma permissão;

**§ 3º** - A permissão é pessoal, inalienável e intransferível, e terá validade de 01 (Um) ano, contados da data de sua expedição, renováveis por igual período, satisfeitas exigências do Edital de Licitação, deste Regulamento e em conformidade com a Lei Federal de que trata o assunto.

**§ 4º** - Os permissionários, para se cadastrarem no órgão executivo de trânsito e transportes do Município, deverão organizar-se em Grupos de Trabalho-GT.

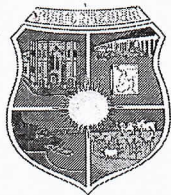
**§ 5º** - Cada GT deverá indicar seu Coordenador, através de ata registrada em cartório do Município de Porto Nacional, que será seu representante legal perante o órgão executivo de trânsito;

**§ 6º** - Após o cadastro da permissão, o permissionário terá o prazo máximo de (dez) dias para apresentar o veículo, o vestuário, os capacetes e demais acessórios condições estabelecidas neste regulamento, para fins de vistoria e início das atividades;

**§ 7º** - Para cada permissão expedida será admitido o registro de um único veículo que será numerado em ordem crescente.

**§ 8º** - Após a expedição do Termo de Permissão, o permissionário terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para o pagamento da taxa de outorga;





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**§ 9º** - O não cumprimento das exigências dos parágrafos 6º e 8º, deste artigo, implicará no arquivamento do processo de cadastramento e consequente anulação do direito a permissão obtida;

**§ 10º** - As atividades de planejamento, gerenciamento e fiscalização do serviço, de que trata este Regulamento, serão exercidas exclusivamente pelo órgão executivo municipal de trânsito.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 4º** - Para os fins do disposto neste Regulamento considera-se:

**I** - poder concedente: município de Porto Nacional-TO;

**II** - órgão gestor: Órgão Executivo de Trânsito;

**III** - moto-táxi: Serviço de transporte individual de passageiros remunerado, através de motocicletas, no Município de Porto Nacional-TO;

**IV** - permissão - A delegação, a título precário, mediante licitação da prestação de serviços, através de motocicletas, no Município de Porto Nacional-TO, denominado moto-táxi, feito pelo poder concedente à pessoa física que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;

**V** - permissionário: Pessoa física (condutor profissional autônomo) habilitada em processo licitatório para operar no serviço de moto-táxi, também denominado moto-taxista;

**VI** - motocicleta: Veículo automotor de duas rodas, com ou sem carro lateral, dirigido por condutor em posição montada, com potência mínima de 125 cc e máxima de 200 cc;

**VII** - termo de permissão: Documento expedido pelo Poder Executivo ao permissionário, em que delega a permissão a título precário;

**VIII** - cadastro de permissionário: Prontuário do permissionário registrado no órgão executivo municipal de trânsito, em que constam todos os dados pertinentes à pessoa física, ao veículo, ao serviço executado, às infrações e outros;

**IX** - ponto de moto-táxi: Estacionamento rotativo para motocicletas, demarcado pelo Órgão Municipal de Trânsito, como apoio aos Grupos de Trabalho;

**X** - Grupo de Trabalho: agrupamento de moto taxista para a finalidade da prestação de serviço.

**XI** - advertência por escrito: Ato fiscal para correção de irregularidades, através de Notificação/orientação;

**XII** - multa: Penalidade pecuniária imposta ao permissionário, classificada em: leve, média, grave e gravíssima;

**XIII** - suspensão da permissão: Proibição do serviço por 02 (dois) meses, após o condutor atingir 03 (três) infrações ao Regulamento;

**XIV** - revogação da permissão: Ato anulatório da permissão, após o condutor atingir 05 (cinco) infrações ao Regulamento;

**XV** - extinção da permissão: Ato que tem por causa determinante aquelas discriminadas nos artigos 35 e seguintes, da lei federal n.º 8.987/95;

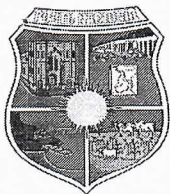
**XVI** - cassação da permissão: Ato anulatório da permissão pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

**XVII** - taxímetro: Dispositivo hábil para a aferição de quilometragem rodada e da tarifa correspondente;

**XVIII** - documentos obrigatórios: Documentos que o condutor deverá portar, quando em serviço, tais como: cartão de permissão, identidade, habilitação, CRLV e outros que se fizerem necessários;

**XIX** - licenciamento - Renovação anual do cadastro de permissionário, do cartão de permissão e vistoria do veículo;





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**XX** - revogação da certidão de cadastro do GT- Ato anulatório da certidão de cadastro do GT, após a mesma atingir 5 (cinco) infrações, cometidas nos últimos 12 (doze) meses.

**CAPÍTULO III**  
**DO REGIME DE EXPLORAÇÃO**

**Art. 5º** - A exploração do serviço, de que trata este Regulamento, será realizada em caráter contínuo e permanente, comprometendo-se o permissionário com a sua regularidade, continuidade, segurança, higiene, conforto e cortesia na sua prestação, correndo por conta do permissionário toda e qualquer despesa dele decorrente, inclusive as relativas à pessoal, operação, manutenção, tributos e demais encargos.

**Art. 6º** - O número de permissões para a prestação do serviço de moto-táxi será de 252(duzentos e cinquenta e dois), no município de Porto Nacional-TO.

**§ 1º** - O ponto de Moto taxista, denominado nesta lei de Grupo de Trabalho, só poderá funcionar com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 14(quatorze) permissionários cadastrados no órgão executivo de trânsito e transportes do Município;

**Art. 7º** - O Termo de Permissão expedido pelo Poder Executivo estará de acordo com o edital de licitação e terá validade de 01 (um) ano, renovável por igual período.

**Parágrafo Único** - O Termo de Permissão conterá, além dos dados necessários à sua perfeita caracterização:

**I** - os dizeres "município de Porto Nacional-TO", denominado poder concedente;

**II** - a proibição da transferência da permissão a terceiros;

**III** - nome e sigla do órgão executivo de trânsito e transportes do Município;

**IV** - número de Ordem e data em que foi expedido;

**V** - identificação do permissionário (nome, nacionalidade, profissão, CPF, RG, tipo sanguíneo e outros necessários);

**VI** - prazo de validade do termo de permissão.

**Art. 8º** - A extinção da permissão tem como causa determinante as que se encontram discriminadas nos artigos 35 e seguintes, da Lei Federal n.º 8.987/95, que dispõe sobre o regime de permissão da prestação de serviços públicos.

**Art. 9º** - O órgão executivo de trânsito poderá, a qualquer tempo, modificar a especificação dos serviços, não cabendo ao permissionário direito a nenhuma indenização de qualquer natureza.

**Art. 10** - É facultado ao permissionário desistir da permissão sem que essa desistência possa constituir, em seu favor ou em favor de terceiros, direito de qualquer natureza, seja a que título for.

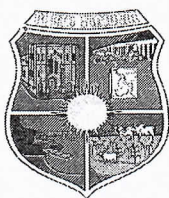
**§ 1º** - A desistência de que trata o "caput" deste artigo, permitirá compulsoriamente, uma vez deferida, a retomada da permissão pelo poder público municipal.

**§ 2º** - A desistência deverá ser comunicada formalmente ao Poder Executivo.

**CAPÍTULO IV**  
**DO PLANEJAMENTO DO SERVIÇO**

**Art. 11** - O órgão Executivo Municipal de Transito-OEMT poderá implementar propostas de modificações de quaisquer características do serviço, objetivando atender às





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



necessidades e conveniências do poder público municipal, dos usuários, dos permissionários e da comunidade.

**Parágrafo Único** - As modificações, de que trata o caput deste artigo, basear-se-ão em pesquisas, estudos técnicos e avaliações de seus reflexos econômicos, sociais e políticos.

**Art. 12** - O OEMT manterá um acompanhamento permanente da operação deste serviço, buscando adaptar as especificações da oferta e eventuais alterações detectadas na demanda.

**Art. 13** - Para atender as modificações das necessidades dos usuários ou nas condições da exploração dos serviços, o OEMT poderá propor novas normas, ou alterações das já existentes, com vistas ao aprimoramento do serviço oferecido à comunidade.

**CAPÍTULO V**  
**DOS VEÍCULOS**

**Art. 14** - Para operar o serviço, os veículos poderão utilizar-se de carro lateral acoplado (certificado por órgão competente), padronizados de acordo com a Legislação Federal.

**Parágrafo Único** - Os veículos deverão ter obrigatoriamente:

**I** - Adesivo identificador da Categoria de Moto taxista

**II** - Alça metálica lateral à qual se possa segurar o passageiro;

**III** - Barra protetora de pernas (mata-cachorro);

**IV** - Cano de descarga revestido com material isolante em sua lateral;

**V** - Equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro CTB;

**VI** - Dispositivo aparador de linha, fichado no guidom do veículo;

**VII** - Outros equipamentos exigidos pelo OEMT.

**Art. 15** - Os veículos destinados ao Serviço deverão ter potência de motor máxima equivalente a 200 CC e mínima equivalente a 125 CC.

**Parágrafo Único** - Estabelecer a dimensão da faixa lateral, em 11 cm (centímetros) de altura nos lado direito e esquerdo do tanque da motocicleta, pintadas na cor "amarelo ouro"; sobre a faixa ao lado direito o dístico "MOTO-TÁXI" pintado na cor "azul Del Rey", com 8x36 cm (centímetros) de tamanho.

**Art. 16** - A vistoria dos veículos dar-se-á anualmente, quando serão verificadas as características fixadas pelo OEMT, especialmente quanto ao conforto, à segurança, a higiene, ao funcionamento e programação visual do veículo, a fim de prevenir e evitar acidentes.

**§ 1º** - No ato da vistoria, o permissionário deverá apresentar um laudo técnico de segurança veicular que comprove as condições mecânica, elétrica e de chapeação, emitido pelo OEMT ou oficinas por ela credenciadas, devendo o veículo estar apto para o tráfego;

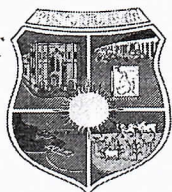
**§ 2º** - Somente será vistoriado o veículo, cujo permissionário apresentar certidões negativas de débitos com a Prefeitura de Porto Nacional-TO.

**§ 3º** - Independentemente da vistoria prevista no caput deste artigo, ou a que se fizer por solicitação, poderão ser realizadas vistorias extraordinárias, a qualquer tempo;

**§ 4º** - Os veículos reprovados em vistoria, ou com vistoria vencida, ou em débito com a Prefeitura de Porto Nacional-TO, serão retirados de circulação, somente voltando a operar após a sua regularização.

**Art. 17** - Todos os veículos deverão ter placas do município de Porto Nacional.





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**Art. 18** - Para a execução do serviço, o limite máximo da vida útil dos veículos é de 10(dez) anos.

**§ 1º** - Atingindo o limite de sua vida útil, a substituição do veículo dar-se-á sempre por outro mais novo de idade, no mínimo, 01 (um) ano inferior ao anterior;

**§ 2º** - A contagem do prazo de vida útil de cada veículo terá como termo inicial o ano de sua fabricação especificado no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo CRLV;

**§ 3º** - Vencido o limite máximo, o permissionário terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para substituição do veículo, com a apresentação do novo;

**§ 4º** - Para o cadastramento do novo veículo ou sua baixa do sistema de permissionário, será necessária a comprovação da completa descaracterização do veículo substituído ou baixado, bem como o cancelamento de todos os registros pertinentes ao serviço de que trata este Regulamento, junto aos órgãos competentes.

**Art. 19** - Correrão por conta do permissionário todas as despesas relativas à substituição ou baixa do veículo, quaisquer que sejam as suas causas.

**CAPÍTULO VI**  
**DOS PERMISSIONÁRIOS, DOS CONDUTORES AUXILIARES E DAS CENTRAIS**  
**PRESTADORAS DE SERVIÇOS.**

**Art. 20** - O permissionário operará, apenas, com 01 (um) veículo, e deverá, por ocasião de seu cadastramento e licenciamento, preencher além dos requisitos exigidos pela Legislação Federal, os seguintes:

**I** - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

**II** - ser proprietário do veículo, admitido o arrendamento mercantil em nome do mesmo;

**III** - ser portador da Carteira Nacional de Habilitação definitiva, com no mínimo 2(dois) anos, categoria "A", excluindo-se a autorização provisória;

**IV** - quitação eleitoral e, se do sexo masculino, quitação militar;

**V** - atestado médico de sanidade física e mental, emitido há 30 (trinta) dias, no máximo, por profissionais estabelecidos no município de Porto Nacional-TO.

**VI** - aprovação em curso especializado, conforme regulamentação do CONTRAN.

**VII** - histórico da habilitação fornecido pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) da unidade da federação em que foi emitida;

**VIII** - Comprovação de residência em Porto Nacional há pelo menos 2(dois) anos.

**IX** - duas fotografias de identificação recentes e datadas, de frente e no tamanho 3 X 4 (três por quatro);

**X** - ser profissional autônomo cadastrado na Secretaria de Finanças do Município;

**XI** - comprovante de quitação com o INSS, como autônomo;

**XII** - ter o veículo emplacado e registrado no município de Porto Nacional-TO, na categoria aluguel;

**XIII** - estar habilitado em processo licitatório;

**XIV** - não deter qualquer autorização, permissão ou concessão para fins comerciais, no município de Porto Nacional-TO;

**XV** - não possuir mais uma permissão para a profissão de moto taxista.

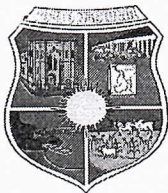
**XVI** - apresentar certidão negativa dos feitos criminais;

**XVII** - não estar cadastrado como preposto em outro serviço de transporte;

**XVIII** - apresentar exame com tipo sanguíneo (fator RH), realizado por laboratório especializado;

**XIX** - apresentar o registro do GT ao qual está cadastrado;





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**Art. 21** - O cadastro dos GRUPOS DE TRABALHO (GTs.) junto ao órgão executivo de trânsito e transportes do Município, somente será efetivado mediante a satisfação das seguintes exigências:

- I** - alvará de localização e funcionamento;
- II** - registro na Junta Comercial do Estado de Tocantins, caso for pessoa jurídica;
- III** - cópia autenticada do contrato de pessoa jurídica, caso for pessoa jurídica;
- IV** - certificado geral do Ministério da Fazenda - CNPJ, caso for pessoa jurídica;
- V** - registro dos veículos e respectivos permissionários, junto ao Grupo de Trabalho.
- VI** - comprovante de endereço emitido há no máximo, 60 (sessenta) dias;
- VII** - Ser cadastrado junto à Secretaria de Finanças do município de Porto Nacional-TO, como contribuinte, caso pessoa jurídica;
- VIII** - certidões negativas junto à Secretaria de Finanças do município de Porto Nacional, Secretaria da Fazenda do Estado e Receita Federal, referentes aos Tributos Municipais, Estaduais e Federais, respectivamente;
- XIX** - autorização do órgão nacional de telecomunicações competente, para a instalação de rádio comunicação, quando for o caso;
- XX** - Ata registrada em cartório indicando o representante permissionário legal do respectivo GT.

**XI** - outros documentos previstos em legislação pertinente e no edital de licitação.

**§ 1º** - A quantidade de Pontos de Moto taxista- Grupo de Trabalho, no município de Porto Nacional-TO, será de no máximo 18(dezoito);

**§ 2º** - Os GTs serão instalados por regiões, conforme disposição do Edital de Licitação, ou mediante decreto;

**§ 3º** - São consideradas regiões aquelas definidas pela Secretaria Municipal de Obras;

**§ 4º** - Mediante decreto, o poder Público Municipal poderá proibir a instalação de pontos de moto taxista nas seguintes áreas:

- I**- Em frente de Igrejas, Templos e locais de Culto;
- II**- Próximo a Escolas, Universidades e outras Instituições de Ensino;
- III**- Onde haja parada obrigatória de Coletivo Urbano;
- IV**- A margem de Vias de Trânsito Rápido.

**§ 5º** - A critério do OEMT poderão ser instalados estacionamentos rotativos, nas regiões de que trata o artigo anterior.

**§ 6º** - A Cada cinco anos, o Poder Executivo Municipal avaliará a necessidade de criação de pontos de Moto taxistas, os quais serão propostos mediante projeto de lei, seguindo anexas às justificativas e demonstrativos de que estão de acordo com plano diretor.

**CAPÍTULO VII**  
**DA OPERAÇÃO**

**Art. 22** - São normas básicas da operação do Serviço de moto-táxi:

**I** - O veículo só poderá operar o serviço, quando atendidos os requisitos e condições de segurança, estabelecidos neste Regulamento, na Lei Federal de que trata o assunto, no Código de Trânsito Brasileiro- CTB e em Resoluções do CONTRAN;

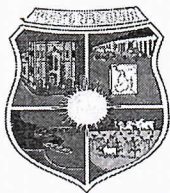
**II** - Somente será permitido conduzir passageiros de acordo com as normas estabelecidas por este Regulamento, pelo Código de Trânsito Brasileiro CTB e pelo CONTRAN;

**III** - O permissionário deverá perfazer uma jornada diária mínima de 06 (seis) horas, admitindo-se um máximo de 10 (dez) horas, desde que em períodos intercalados;

**IV** - Para cada motocicleta cadastrada terá apenas um condutor autorizado à prestação do serviço;

**V** - O permissionário só poderão operar no veículo em que estiverem credenciados.





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**VI** - É vedada a publicidade e/ou propaganda de qualquer natureza no veículo, no vestuário, nos capacetes e em quaisquer acessórios, exceto quando autorizado pelo órgão competente e aprovado o modelo pelo OEMT.

**VII** - É obrigatório para o permissionário e condutores auxiliares, quando em serviço, o uso dos seguintes equipamentos:

**a)** Colete de proteção de acordo com a Resolução nº. 356 de 02 de agosto de 2010 do CONTRAN;

**b)** vestuário de proteção, de acordo com o CTB;

**c)** capacete de segurança, individual e personalizado (com viseira ou óculos protetores);

**d)** portar capacete devidamente higienizado;

**Art. 23** - Os permissionários e condutores auxiliares do serviço poderão circular livremente em busca de passageiros, em todo o Município de Porto Nacional-TO, obedecidas as normas de trânsito, e seu ponto de atendimento será a sede de cada Grupo de Trabalho, onde estiverem cadastrados, e/ou estacionamentos rotativos estabelecidos pelo OEMT.

**Art. 24** - Somente poderão operar o serviço os profissionais devidamente habilitados conforme o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/97 e suas Resoluções) e o presente Regulamento.

**Art. 25** - Sempre que necessário e conveniente ao interesse público, serão definidos, a qualquer tempo, estacionamentos rotativos para as motocicletas, em função de estudos técnicos do OEMT.

**Art. 26** - Os GTs poderão instalar sistema de controle por rádio comunicação, nos seus veículos, desde que autorizadas pelo órgão nacional de telecomunicações competente.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA TARIFA**

**Art. 27** - A tarifa a ser aplicada no Serviço de moto-táxi será estabelecida por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, obedecidas às disposições da Lei Federal n.º 8.987/95.

**Parágrafo Único** - A planilha de cálculos e custos de transporte individual por motocicletas será elaborada pelo OEMT e servirá de referência para a fixação da referida tarifa.

**CAPÍTULO IX**  
**DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS**

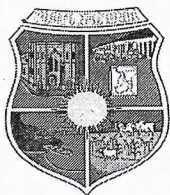
**SEÇÃO I**  
**DOS DIREITOS**

**Art. 28** - O OEMT, a pedido do permissionário, observada a conveniência do serviço, poderá autorizar a interrupção da prestação dos serviços pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias por ano, prorrogável por igual período.

**Parágrafo Único** - A interrupção da prestação dos serviços sem autorização do OEMT, ou por prazo superior ao autorizado, será considerada como desistência da permissão e acarretará sua cassação.

**Art. 29** - Será permitido o remanejamento de permissionário, a critério do OEMT, uma única vez por semestre.





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**SEÇÃO II**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**Art. 30** - Constituem obrigações dos Permissionários e dos condutores auxiliares:

**I** - cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento e demais normas legais pertinentes, observadas rigorosamente as especificações e características de exploração do serviço permitido;

**II** - prestar o serviço em conformidade com as especificações do OEMT;

**III** - participar de programas e cursos destinados aos profissionais de moto-táxi, qualificando e aperfeiçoando a prestação do serviço;

**IV** - assegurar, em caso de interrupção da viagem, a não cobrança ou devolução do valor da tarifa e providenciar outra condução para o passageiro;

**V** - tratar com polidez e urbanidade os passageiros, prepostos, os outros permissionários e o público em geral;

**VI** - recolher o veículo envolvido em acidente com vítima;

**VII** - informar ao OEMT qualquer alteração cadastral;

**VIII** - portar, quando em serviço, capacetes para o condutor e o passageiro, bem como toucas descartáveis, com proteção facial e higienizadas;

**IX** - permanecer, quando em serviço, com vestuário padronizado e identificado, conforme as determinações do OEMT;

**X** - responsabilizar-se pelas despesas decorrentes do serviço, manutenção, tributos, encargos sociais e previdenciários, bem como as despesas decorrentes da compra de equipamentos para garantir os níveis e a segurança do serviço;

**XI** - utilizar no Serviço apenas veículos cadastrados no OEMT;

**XII** - manter o veículo e acessórios em perfeitas condições de mecânica, elétrica, higiene, conservação, segurança e funcionamento, e com padrões de programação visual definidos pelo OEMT;

**XIII** - portar, quando em serviço, a documentação referente à permissão, à propriedade e licenciamento do veículo, à habilitação e credenciamento do condutor;

**XIV** - executar o plano de manutenção preventiva recomendado pelo fabricante do veículo e pelo OEMT;

**XV** - substituir, imediatamente, o veículo quando este atingir o limite de vida útil estabelecida neste Regulamento;

**XVI** - submeter o veículo, dentro dos prazos fixados, às vistorias que lhes forem determinadas;

**XVII** - atender, de imediato, as determinações das autoridades competentes, apresentando os documentos e o veículo, quando solicitados;

**XVIII** - adotar todas as providências determinadas nas notificações e intimações emanadas do OEMT;

**XIX** - descaracterizar o veículo quando da substituição do mesmo e/ou quando da desistência do serviço, dando baixa, inclusive, na respectiva placa de aluguel;

**XX** - utilizar no veículo somente combustível permitido pela legislação em vigor;

**XXI** - manter em operação somente veículo com certificado válido de vistoria e, portando todos os equipamentos obrigatórios;

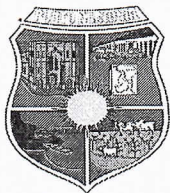
**XXII** - permitir e facilitar ao OEMT o exercício de suas funções, inclusive o acesso ao veículo e locais onde o mesmo estiver;

**XXIII** - o permissionário deverá comparecer pessoalmente ao OEMT, nos seguintes casos:

**a)** inclusão em, exclusão de, ou atualização de cadastro de permissionário, condutor auxiliar ou veículos;

**b)** vistoria de veículo;





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



c) recebimento do Termo de Permissão e seus aditivos;

d) licenciamento anual;

e) outros exigidos pelo OEMT.

**XXIV** - manter atualizadas suas obrigações fiscais providenciárias;

**XXV** - o permissionário e o condutor auxiliar deverá perfazer uma jornada diária mínima de 06 (seis) horas, admitindo-se um máximo de 10 (dez) horas, desde que em períodos intercalados;

**XXVI** - o permissionário deverá portar, quando em serviço, o cartão de permissão, fornecido pelo órgão executivo de trânsito e transportes do Município;

**XXVII** - o condutor auxiliar deverá portar, quando em serviço, o cartão de condutor auxiliar e o cartão do respectivo permissionário, fornecidos pelo OEMT, bem como os documentos de porte obrigatório exigido pelo CTB;

**XXVIII** - o permissionário deverá apresentar ao OEMT, até o quinto dia útil do mês subsequente, o relatório mensal da demanda de passageiros transportados no período, pelo respectivo veículo;

**XXIX** - portar os documentos obrigatórios emitidos pelo OEMT;

**XXX** - o condutor auxiliar deverá renovar seu cadastro anualmente;

**XXXI** - outros documentos previstos em legislação pertinente e no edital de licitação.

**SEÇÃO III**  
**DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 31** - Constitui infração ao presente Regulamento:

**I** - entregar a direção do veículo a condutor não cadastrado no OEMT;

**II** - utilizar o veículo para quaisquer outros fins não autorizados pelo OEMT;

**III** - utilizar-se, ou de qualquer forma concorrer para a utilização, do veículo em prática de ação delituosa, como tal definida em lei;

**IV** - abastecer o veículo quando transportando passageiro;

**V** - recusar o transporte de passageiros, salvo em caso de extremíssima gravidade;

**VI** - cobrar tarifa diferente daquela estabelecida pelo OEMT;

**VII** - interromper a operação do Serviço sem a prévia comunicação e anuência da OEMT;

**VIII** - interromper a viagem, salvo em caso de avaria ou risco iminente;

**IX** - operar sem os equipamentos de segurança exigidos pelo OEMT, tais como, colete, capacetes, touca higiênica, e outros que vierem a ser exigidos;

**X** - não portar os documentos obrigatórios exigidos pelo OEMT.;

**XI** - transportar ou permitir o transporte de:

a) explosivos;

b) inflamáveis;

c) drogas ilegais;

d) objetos volumosos, cargas ou animais que comprometam o conforto e a segurança do passageiro;

**XII** - fazer ponto em locais não autorizados pelo OEMT;

**XIII** - trafegar com:

a) passageiro acomodado fora do assento da moto ou do carro lateral;

b) veículo que haja ultrapassado o limite de vida útil, estabelecido neste Regulamento;

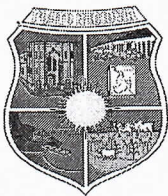
c) capacete com data de validade vencida, conforme instrução do fabricante;

d) Passageiro usando traje impróprio ou ofensivo à moral e aos bons costumes.

**XIV** - operar o serviço sem os equipamentos de controle exigidos pelo OEMT;

**XV** - portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**a)** em caso de ser encontrada alguma arma com o permissionário e ou condutor auxiliar, as autoridades competentes poderão ser acionadas, bem como a Central Prestadora de Serviços ser notificada do ocorrido;

**XVI** - fumar ou permitir que fumem durante o percurso de viagem;

**XVII** - conduzir o veículo efetuando partidas, freadas ou conversões bruscas;

**XVIII** - o estacionamento de motocicletas, bem como a instalação de Centrais Prestadoras de Serviços a uma distância inferior que 100 (cem) metros dos terminais de transportes coletivos e/ou dos pontos autorizados de táxis e/ou moto-táxi;

**XIX** - aliciar passageiros;

**XX** - lavar ou consertar ou reparar o veículo em logradouro público;

**XXI** - forçar a saída de outro moto-taxista estacionado, ou dificultar seu estacionamento, em ponto rotativo;

**XXII** - Operar o serviço de moto-táxi em veículo não autorizado para o mesmo.

**XXIII** - Admitir no grupo de trabalho, veículo e/ou condutor não autorizado junto ao OEMT;

**XXIV** - Admitir, ao Grupo de Trabalho, permissionário não registrado junto à respectivo Grupo;

**XXV** - Comercializar, Alugar ou arrendar a permissão e/ou o respectivo veículo para outro permissionário ou a terceiro.

**XXVI** - Central Prestadora de Serviço CPS que não oferecer condições de trabalho aos permissionários, condutores auxiliares e funcionários;

**XXVII** - Deixar, o permissionário, de comparecer ao Grupo de trabalho a qual esteja cadastrado para prestar atendimento no serviço de moto-táxi, sem justificativa consistente;

**XXVIII** - Não obedecer a fila no estacionamento rotativo;

**XXIX** - Usar o estacionamento rotativo como ponto fixo, recusando-se a deixar outros permissionários estacionarem no local;

**XXX** - Sair da fila sem autorização, quando abordado pela fiscalização do OEMT, mesmo quando atendendo a pedido de passageiros;

**XXXI** - Abandonar o veículo no ponto rotativo, por mais de 15 (quinze) minutos;

**XXXII** - Abandonar o veículo no ponto rotativo, com o intuito de burlar a fiscalização, ou utilizar do mesmo para efetuar serviços que não o de espera de passageiros.

**XXXIII** - Condutor ou passageiro utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento.

**CAPÍTULO X**  
**DO CONTROLE DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 32** - Compete à SMT exercer, em caráter permanente, o controle e a fiscalização do Sistema de Transporte e Prestação de Serviços, através de motocicletas, no Município de Porto Nacional-TO, intervindo quando e da forma que se fizer necessária, para assegurar a continuidade, qualidade, segurança e padrões fixados.

**§ 1º** - As atividades de controle e fiscalização serão desenvolvidas pelo OEMT e as determinações decorrentes serão consubstanciadas em atos formais.

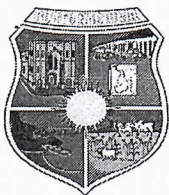
**§ 2º** - No exercício da fiscalização poderão ser utilizados equipamentos para medição de velocidade e controle de ingestão de bebida alcoólica.

**Art. 33** - A fiscalização do órgão executivo de trânsito e transportes do Município fará observar, ainda:

**I** - a conduta do permissionário;

**II** - a segurança, a higiene, as condições de chapeação, mecânica e elétrica de funcionamento do veículo, e outros necessários;





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



- III** - o porte da documentação obrigatória;  
**IV** - a cobrança das tarifas estabelecidas;  
**V** - a instalação, manutenção e uso dos equipamentos de segurança exigidos pelo OEMT;  
**VI** - outros que se fizerem necessários.

**CAPÍTULO XI**  
**DA AUTUAÇÃO**

**Art. 34** - O registro das irregularidades detectadas será feito pelo Agente Fiscal ou pelo Assistente de Fiscalização do OEMT mediante Auto de Infração, lavrado em Formulário próprio.

**§ 1º** - Dependendo de sua natureza ou tipicidade, as infrações poderão ser constatadas pela fiscalização em campo e/ou nos arquivos e registros próprios.

**§ 2º** - Constatada a infração, será lavrado de ofício o Auto de Infração e a notificação será entregue pessoalmente ou via postal, mediante recibo, ou, ainda, através de publicação no Diário Oficial do Município.

**§ 3º** - Sempre que possível, o Agente Fiscal ou o Assistente de Fiscalização, deverá solicitar a assinatura do infrator no auto de infração.

**§ 4º** - A ausência da assinatura do infrator não invalida o Auto de Infração.

**Art. 35** - O Auto de Infração, de que trata o artigo anterior, deverá conter as seguintes informações:

- I** - o nome do permissionário;
- II** - o número da permissão;
- III** - a placa de identificação do veículo;
- IV** - a identificação do infrator, quando possível;
- V** - o registro do infrator junto ao OEMT, quando possível;
- VI** - o dispositivo regulamentar infringido;
- VII** - local, data e hora da irregularidade ou infração;
- VIII** - descrição sucinta da ocorrência;
- IX** - assinatura ou rubrica e o número de matrícula do agente que o lavrou;
- X** - assinatura do infrator ou seu preposto, quando possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

**CAPÍTULO XII**  
**DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS**

**SEÇÃO I**  
**DAS INFRAÇÕES**

**Art. 36** - Constitui infração a inobservância a qualquer preceito deste Regulamento, Portarias e Anexos, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas indicadas em cada parágrafo a seguir:

**§ 1º** - Não executar o plano de manutenção preventiva recomendado pelo fabricante e/ou pelo órgão executivo de trânsito e transportes do Município:

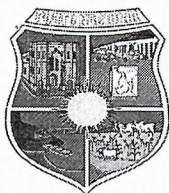
Infração: leve

Penalidade: multa

Medida administrativa impedimento operacional e lacre do veículo.

**§ 2º** - Falta de higiene, conforto e conservação do veículo:





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**

---



Infração: leve

Penalidade: multa

Medida administrativa: impedimento operacional e lacre do veículo.

**§ 3º** - Permissionário e/ou condutor, quando em serviço, em condições inadequadas de asseio:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 4º** - Lavar ou consertar ou reparar o veículo em logradouro público:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 5º** - Não permitir ou dificultar ao OEMT no levantamento de informações e realização de estudos:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 6º** - Não tratar com polidez e urbanidade os passageiros, colegas de trabalho e o público em geral:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 7º** - Não atender ao pedido de embarque e desembarque de passageiro em locais autorizados:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 8º** - Fumar ou admitir que alguém fume durante o percurso de viagem:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 9º** - Abastecer o veículo quando transportando passageiro:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 10** - Transportar pessoas em trajes impróprios ou ofensivos à moral e aos bons costumes:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 11** - Aliciar passageiros:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 12** - Não providenciar outro veículo para o transporte de passageiros, em caso de interrupção de viagem:

Infração: média

Penalidade: multa

**§ 13** - Cobrar ou não devolver a tarifa paga, no caso de interrupção de viagem:

Infração: média

Penalidade: multa

**§ 14** - Transportar ou permitir o transporte de objetos volumosos, animais, carga e substância que prejudique o conforto, a comodidade, a saúde e a segurança dos usuários:

Infração: leve

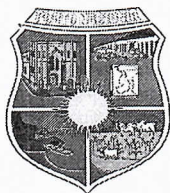
Penalidade: multa

**§ 15** - Não recolher o veículo para reparo, quando solicitado pelo agente de fiscalização da OEMT:

Infração: grave

Penalidade: multa





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**

---



**§ 16** - Trafegar com veículo que apresente defeito mecânico, elétrico ou estrutural que implique desconforto ou risco de segurança para os passageiros ou o trânsito em geral:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: impedimento operacional e lacre do veículo

**§ 17** - Portar ou manter arma de qualquer espécie no veículo:

Infração: gravíssima

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 18** - Por não descaracterizar o veículo, quando da substituição ou da baixa do mesmo:

Infração: leve

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 19** - Não adotar as providências solicitadas pela fiscalização para corrigir as irregularidades detectadas:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 20** - Não submeter o veículo à vistoria de rotina ou quando determinada pelo OEMT:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida administrativa: impedimento operacional e lacre do veículo

**§ 21** - Utilizar veículo fora das características e especificações estabelecidas pelo OEMT:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 22** - Manter em serviço o veículo cujo impedimento de operar tenha sido determinado pelo OEMT:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 23** - Não substituir veículo com idade limite ultrapassada:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 24** - Utilizar-se do veículo para outros fins, não autorizados pelo OEMT:

Infração: grave

Penalidade: multa

**§ 25** - Utilizar no veículo combustível não autorizado pelo órgão competente:

Infração: grave

Penalidade: multa

**§ 26** - Operar o serviço de moto-táxi em veículo não autorizado para o mesmo:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

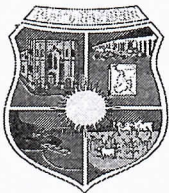
**§ 27** - Falta ou defeito de equipamento exigido pela OEMT:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida Administrativa: impedimento operacional e lacre do veículo





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**

---



**§ 28** - Utilizar capacete com data de validade vencida, especificada pelo fabricante:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida Administrativa: apreensão do veículo.

**§ 29** - Utilizar equipamentos ou propaganda de qualquer natureza no veículo, sem a devida autorização da OEMT:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida Administrativa: apreensão do veículo

**§ 30** - Permissionário e/ou condutor, quando em serviço, sem o colete e/ou capacete padronizados pela OEMT:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 31** - Utilizar o veículo com ausência, vencimento e/ou rasura do selo ou do certificado de vistoria:

Infração: média

Penalidade: multa

Medida Administrativa: apreensão do veículo

**§ 32** - Não portar a documentação referente à permissão, propriedade e licenciamento do veículo, habilitação do condutor e registro, quando em serviço:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 33** - Não manter atualizadas as obrigações fiscais e/ou previdenciárias;

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 34** - Por não renovar o Termo de Permissão nos prazos e critérios estabelecidos pela OEMT e exigências regulamentares:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 35** - Apresentar documentação adulterada ou irregular, ou informações falsas com fins de burlar a ação da fiscalização:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: impedimento operacional e lacre do veículo.

**§ 36** - Portar, quando em serviço, documentação referente à permissão, à propriedade, licenciamento do veículo e à habilitação com validade vencida;

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 37** - Admitir, o grupo de trabalho, permissionário não registrado junto á respectivo grupo:

Infração: grave

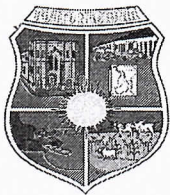
Penalidade: multa

**§ 38** - Por admitir, ao Grupo de trabalho, veículo/e ou condutor não autorizado pela OEMT;

Infração: grave

Penalidade: multa





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**

---



**§ 39** - Os GTs que não oferecerem condições de trabalho aos permissionários, condutores e funcionários:

Infração: grave

Penalidade: multa

**§ 40** - Fazer ponto e/ou instalar GTs, a uma distância inferior que 100 (cem) metros dos terminais de transportes coletivos, pontos autorizados de táxis e de outras Centrais de moto-táxi:

Infração: grave

Penalidade: multa

**§ 41** - Dificultar a ação fiscalizadora dos agentes da fiscalização:

Infração: média

Penalidade: multa

**§ 42** - Desacatar ou agredir fisicamente qualquer agente de fiscalização da SMT, passageiro ou colega de trabalho:

Infração: grave

Penalidade: multa

**§ 43** - Conduzir-se inadequadamente quando em dependências da SMT, desrespeitando seus serviços ou provocando danos ao patrimônio:

Infração: grave

Penalidade: multa

**§ 44** - Trafegar com o lacre violado ou sem o mesmo:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo.

**§ 45** - Interromper a operação do serviço sem prévia comunicação e anuência da SMT:

Infração: grave

Penalidade: multa

**§ 46** - Deixar, o permissionário, de trabalhar as 08 (oito) horas/dia sem prévia comunicação e anuência da SMT:

Infração: média

Penalidade: multa

**§ 47** - Trabalhar no sistema de transporte e prestação de serviço, através de motocicletas (Moto-táxi), sem ser licenciado e/ou cadastrado pela SMT, para esse fim:

Infração: gravíssima

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 48** - Deixar, o permissionário, de comparecer à Central Prestadora de Serviço CPS, a qual esteja cadastrado para prestar atendimento no serviço de moto-táxi, comprovado pelo fiscal ou assistente de fiscalização, após 3 (três) visitas por períodos intercalados de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas;

Infração: gravíssima

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 49** - Utilizar em serviço condutor não cadastrado na SMT:

Infração: gravíssima

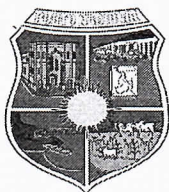
Penalidade: multa

Medida Administrativa: apreensão do veículo

**§ 50** - Utilizar-se, ou de qualquer forma concorrer para a utilização, do veículo em prática de ação delituosa, como tal definida em lei:

Infração: gravíssima





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**

---



Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 51** - Por comercializar, alugar ou arrendar a permissão e/ou o respectivo veículo para outro permissionário ou a terceiro:

Infração: gravíssima

Penalidade: Multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 52** - Permitir, na operação do serviço, condutor com credenciamento vencido perante SMT;

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida Administrativa: apreensão do veículo

**§ 53** - Não apresentar o relatório mensal de demanda de passageiros transportados no período:

Infração: leve

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 54** - Por fazer ponto em local não permitido pela SMT;

Infração: leve

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 55** - Forçar a saída de outro moto-taxista estacionado, ou dificultar seu estacionamento, em estacionamento rotativo;

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 56** - Por não obedecer a fila no estacionamento rotativo:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 57** - Por usar o estacionamento rotativo como ponto fixo, recusando-se a deixar outros permissionários ali estacionarem:

Infração: leve

Penalidade: multa

**§ 58** - Por tentar sair da fila sem autorização quando abordado pela fiscalização da SMT, mesmo quando atendendo a pedidos de passageiros:

**§ 59** - Por abandonar o veículo no ponto rotativo, por mais de 15 (quinze) minutos:

Infração: média

Penalidade: multa

**§ 60** - Por abandonar o veículo no ponto rotativo, com o intuito de burlar a fiscalização ou utilizar o ponto rotativo para efetuar serviços que não o de espera de passageiros:

Infração: gravíssima

Penalidade: multa

Medida administrativa: apreensão do veículo

**§ 61** - Cobrar tarifa diferente das estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal:

Infração: média

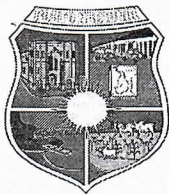
Penalidade: multa

**§ 62** - Trafegar com passageiro acomodado fora do assento da moto e/ou do carro lateral:

Infração: média

Penalidade: multa





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**§ 63** - Condutor ou passageiro utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento:

Infração: média

Penalidade: multa

**SEÇÃO II**  
**DAS PENALIDADES**

**Art. 37** - Por infração ao disposto neste Regulamento, Portarias e Anexos, serão aplicadas as penalidades a seguir, conforme a natureza das infrações:

**I** - Advertência por escrito;

**II** - multa;

**III** - suspensão da permissão;

**IV** - revogação da permissão;

**V** - cassação do credenciamento de condutor;

**VI** - cassação da permissão outorgada ao permissionário.

**VII** - Revogação da certidão de cadastro do Grupo de Trabalho

**§ 1º** - Aplicar-se-ão, cumulativamente, as penalidades previstas para cada infração, quando duas ou mais forem simultaneamente cometidas;

**§ 2º** - Os permissionários são responsáveis pelas infrações cometidas.

**§ 3º** - A advertência por escrito poderá ser aplicada pelo Agente Fiscal ou pelo Assistente de Fiscalização, através de notificação/orientação, sempre que forem constatadas irregularidades, possíveis de serem sanadas e que não coloquem em risco a segurança e a continuidade do serviço;

**§ 4º** - As penalidades constantes deste Regulamento, não elidem os permissionários da aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro CTB.

**Art. 38** - Ao permissionário ou condutor que desrespeitar as normas estabelecidas neste Regulamento serão aplicadas as seguintes penalidades:

**I** - suspensão da permissão por 02 (dois) meses, após o condutor atingir 03 (três) infrações;

**II** - revogação da permissão após o condutor atingir 05 (cinco) infrações;

**III** - cassação da permissão, quando:

**a)** ficar comprovado, em processo administrativo regular, a reincidência na condução do veículo permissionário, de embriaguez ou sob efeito de substância entorpecente;

**b)** for o permissionário condenado em processo criminal que resulte em aplicação de pena igual ou superior a dois anos de reclusão;

**c)** o permissionário interromper a prestação dos serviços por prazo superior a 30 (trinta) dias, como previsto neste Regulamento;

**d)** ficar caracterizado que o permissionário, lançando mão de subterfúgios, intentou a transferência da permissão;

**e)** descumprir a penalidade de suspensão da permissão ou colocar em operação veículo que tenha sido lacrado, nos termos deste Regulamento;

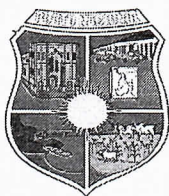
**f)** venha o permissionário a deter qualquer concessão ou permissão para fins comerciais do município de Porto Nacional-TO;

**g)** o permissionário que atingir 20 (vinte) pontos em infrações de trânsito, conforme disposições do Código de Trânsito Brasileiro CTB;

**h)** por não renovar o Termo de Permissão dentro do prazo e critérios estabelecido pela SMT.

**i)** Venha o permissionário a deter qualquer concessão ou permissão para fins comerciais do município de Porto Nacional - TO.





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**Art. 39** - As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com a sua gravidade, em quatro categorias, com valores pecuniários correspondentes em reais:

- a)** Leve - punida com multa de valor correspondente a R\$ 50,00 (cinquenta) reais;
- b)** Média - punida com multa de valor correspondente a R\$ 100,00 (cem) reais;
- c)** Grave - punida com multa de valor correspondente a R\$ 200,00 (duzentos) reais;
- d)** Gravíssima - punida com multa de valor correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos) reais.

**Parágrafo único** - No caso de reincidência, o valor da multa será acrescido em 20% (vinte por cento).

**Art. 40** - Ficam os permissionários e/ou condutores auxiliares responsáveis, perante a Justiça, por quaisquer acidentes que venham provocar danos físicos e/ou materiais aos passageiros e a terceiros.

**Art. 41** - Compete à Divisão do Contencioso da Assessoria Jurídica da SMT, a aplicação das penalidades de multa, suspensão da permissão, revogação da permissão, cassação do credenciamento de condutor auxiliar, revogação da certidão de cadastro da CPS Central Prestadora de Serviço.

**Parágrafo Único** - A aplicação da penalidade de cassação da permissão, outorgada ao permissionário, é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 42** - Os veículos que forem flagrados trabalhando no sistema de transporte e prestação de serviço, através de motocicletas (Moto-táxi) sem a devida permissão, serão apreendidos e removidos para o depósito fixado pelo órgão executivo de trânsito e transportes do Município e estarão sujeitos à aplicação das penalidades previstas neste Regulamento e demais diplomas legais e regulamentares pertinentes.

**§ 1º** - A restituição dos veículos apreendidos somente ocorrerá após o pagamento imediato de multa gravíssima, das taxas e despesas com remoção e estadia, além de outros encargos previstos em legislação pertinente.

**§ 2º** - No caso de apreensão do veículo, a interposição do recurso não elide o infrator do pagamento das multas para a liberação do mesmo.

**Art. 43** - A aplicação das penalidades previstas neste Regulamento não exime o infrator das cominações cível e penal cabíveis.

**SEÇÃO III**  
**DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS**

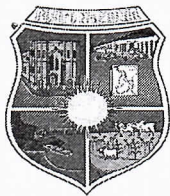
**Art. 44** - A OEMT, através de seus Fiscais e/ou Assistentes de Fiscalização/ ou guarda Municipais, deverá adotar as seguintes medidas administrativas:

**I** - impedimento operacional e lacre do veículo nos casos e circunstâncias previstas neste Regulamento, o veículo será lacrado e deverá ser impedido de circular temporariamente, até que seja corrigida a pertinente irregularidade.

**II** - apreensão do veículo o veículo apreendido será removido pela OEMT, nos casos previstos neste Regulamento, para o depósito da garagem da Prefeitura.

**Parágrafo Único** - O veículo somente voltará para a operação, após a vistoria e retirada do lacre pela fiscalização da OEMT.





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**



**Art. 45** -As adoções das medidas administrativas previstas no artigo anterior não elidem a aplicação das penalidades impostas por infrações estabelecidas neste Regulamento, possuindo caráter complementar a estas.

**Art. 46** - A liberação dos veículos apreendidos (para os veículos cadastrados na OEMT) só ocorrerá mediante o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estadia, além de outros encargos previstos em lei e demais diplomas legais e regulamentares pertinentes, quando for o caso.

**CAPÍTULO XIII**  
**DOS RECURSOS**

**Art. 47** - Contra as penalidades impostas pelo órgão executivo de trânsito e transportes do Município, o infrator terá, a partir da notificação, prazo de 10(dez) dias para apresentar defesa escrita e dirigida à Divisão do Contencioso da Assessoria Jurídica do órgão executivo de trânsito e transportes do Município, instruída, desde logo, com as provas que possuir.

**§ 1º** - Julgada procedente a defesa apresentada pelo permissionário, no caso de apreensão de veículo cadastrado na OEMT, será restituído o valor da respectiva multa, mediante a apresentação de requerimento, através de processo administrativo.

**§ 2º** - Julgada procedente a defesa apresentada, no caso de veículos que forem flagrados trabalhando no Sistema de transporte e prestação de serviço, através de motocicletas (Moto-táxi), sem a devida permissão, serão restituídos os valores da respectiva multa, das taxas e despesas provenientes da apreensão, mediante a apresentação de requerimento, através de processo administrativo.

**§ 3º** - A não apresentação de defesa, dentro do prazo legal, implicará no julgamento à revelia, com a aplicação das penalidades correspondentes.

**Art. 48** - Das decisões em primeira instância caberá recurso dirigido a Procuradoria Geral do Município, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão feita diretamente ao infrator, ou por via postal, com AR, ou da publicação de breve edital no Diário Oficial do Município.

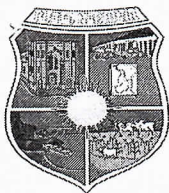
**CAPÍTULO XIV**  
**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 49** - A existência de débitos fiscais, multas de trânsito e ambientais, de pessoa jurídica ou física, junto ao Município de Porto Nacional-TO, impedirá a tramitação de qualquer requerimento, seja para se habilitar no processo licitatório e/ou para a renovação do termo de Permissão ou credenciamento do condutor auxiliar e outros que a SMT achar necessários.

**Art. 50** - Os valores arrecadados com a licitação, com a parcela de gerenciamento do Serviço e mais a aplicação da penalidade de multas, serão destinados à melhoria do planejamento, controle, fiscalização e infraestrutura do Serviço, no Município de Porto Nacional-TO.

**Art. 51** - As permissões serão outorgadas pelo prazo de 02 (dois) anos, renováveis por igual período, obedecido o disposto neste Regulamento, no Edital de Licitação e na legislação federal aplicável.





**Estado do Tocantins**  
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional**  
**Gabinete da Prefeita**

---



**Art. 52** - Os valores expressos nesta Lei, em moeda (Real), terão suas atualizações monetárias, anualmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial IPCA-E, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE ou outro índice legal de correção dos débitos fiscais que vier substituí-lo.

**Parágrafo Único** - Os prestadores de serviço que já estejam explorando os serviços de moto-táxi, permanecerão com as suas devidas concessões e autorizações até o término do procedimento licitatório para a permissão dos serviços de moto-táxi, devendo se adequar às normativas contidas nos artigos 14 e 17 desta Lei, no prazo máximo improrrogável de 60 (sessenta) dias.

**Art. 53** - A OEMT poderá firmar convênio com outros órgãos federais, estaduais e municipais para o cumprimento dos dispositivos deste Regulamento.

**Art. 54** - A Prefeitura de Porto Nacional-TO não será responsável, quer em relação ao permissionário (a), quer perante os passageiros e a terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução dos serviços permitidos, inclusive os resultantes de infrações a dispositivos legais ou regimentais, dolo, ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência dos empregados, agentes ou prepostos dos permissionários (as).

**Art. 55** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Executivo Municipal de Trânsito em consulta com a Procuradoria Geral do Município, que poderá baixar normas de natureza complementar a este Regulamento.

**Art. 56** - Se qualquer artigo ou disposição esta lei entrar em conflito com a Legislação Federal, ou resolução do Contran, tal dispositivo perderá a eficácia naquilo que for conflitante.

**Art. 57** - O Executivo Municipal regulamentará, através de Lei, toda e qualquer matéria relativa a esta Lei.

**Art. 58** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei 1625 de 24 de agosto de 1998, o Decreto nº 111 de 06 de novembro de 1998 e todas as disposições em contrário.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 27 de janeiro de 2.011.**

**TERESA CRISTINA VENTURINI MARTINS**  
Prefeita de Porto Nacional